

# Relatório de Transparência Fiscal



3º Quadrimestre de 2015

Abril de 2015



---

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA**

Marco Aurelio Santos Cardoso

**SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Ricardo de Azevedo Martins

**SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO**

Rodrigo Fernandes Barbosa

**SUBSECRETÁRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL**

Carlos Evandro Viegas

**SUBSECRETÁRIA DO TESOURO MUNICIPAL**

Márcia Cristina de Lima Aldy

**ASSESSORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS**

Eliane Almeida de Vilhena Totti

**ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Charbelly Imaculada de Almeida Estrella

**ASSESSOR ECONÔMICO**

José Marcelo Souza Boavista

**EQUIPE RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Alexandre da Costa Corrêa

Ana Cláudia Tavares Mendes

Andre Azevedo de Albuquerque

Henrique Baptista Marques Junior

André Teixeira Coelho Gomes

Cláudia Rebordões Carauta Pombal

Denise Mendes da Silva

Eduardo da Cunha Vianna

Manuel Abraham Nápoles Tibeau

Waldo de Andrade

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro**

Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Anexo - Centro Administrativo São Sebastião, Cidade Nova  
Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.211-900

<http://www.rio.rj.gov.br/web/smf>

## ABREVIACÕES, SIGLAS e ACRÔNIMOS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CGM	Controladoria Geral do Município
COMLURB	Empresa Municipal de Limpeza Urbana
COSIP	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública
EDI	Espaço de Desenvolvimento Infantil
FASS	Fundo de Assistência à Saúde do Servidor
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FINCON	Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNPREVI	Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação
IPI-Exp	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPM	Índice de Participação do Município
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
ITCMD	Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial
LC	Lei Complementar
LFT	Letra Financeira do Tesouro
LOA	Lei do Orçamento Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LTN	Letra do Tesouro Nacional
MCidades	Ministério das Cidades
MP	Medida Provisória
MRJ	Município do Rio de Janeiro
NTN-C	Nota do Tesouro Nacional - Série C
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária Municipal
PNAFM	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros
PPI Carioca	Programa de Pagamento Incentivado de débitos tributários, inscritos ou não em dívida ativa
Previ-Rio	Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro
Pró-Moradia	Programa do Governo Federal de acesso à moradia



---

Pró-Transporte	Programa do Governo Federal para financiamento ao setor público e ao setor privado, a implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana
RCL	Receita Corrente Líquida
RLR	Receita Líquida Real
Salário Educação	Contribuição Social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIG	Sistema de Informações Gerenciais
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SUS	Sistema Único de Saúde
TCDL	Taxa de Coleta de Lixo
TransCarioca	BRT da Barra ao Galeão
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

## ÍNDICE ANALÍTICO

I) INTRODUÇÃO .....	3
II) RESULTADO FISCAL .....	3
II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO .....	3
II.2) RESULTADO PRIMÁRIO .....	5
II.3) RESULTADO NOMINAL .....	6
III) RECEITA MUNICIPAL .....	6
III.1) RECEITAS CORRENTES .....	8
III.1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA .....	8
III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS .....	9
III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU .....	9
III.1.1.3) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI... 9	9
III.1.1.4) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE .....	9
III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	10
III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES.....	12
III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES .....	12
III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL .....	13
III.1.3.3) RECEITA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS .....	13
III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES .....	13
III.2) RECEITAS DE CAPITAL .....	14
III.2.1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....	14
III.2.2) ALIENAÇÃO DE BENS.....	15
III.2.3) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....	15
III.2.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	15
IV) DESPESA MUNICIPAL .....	15
IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA.....	15
IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO .....	17
V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS .....	18
V.1) RECURSOS EXTERNOS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSE.....	18
VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA.....	18
VI.1) APLICAÇÃO FINANCEIRA DO CAIXA.....	19
VI.2) DÍVIDA FINANCEIRA .....	21
VII) GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....	21
VIII) CONCLUSÃO .....	24

## APRESENTAÇÃO

O Relatório de Transparência Fiscal é uma publicação quadrimestral da Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro - SMF, onde são analisadas as receitas e as despesas da Prefeitura. No que se refere aos valores apresentados ao longo do relatório valem as observações abaixo:

- **Todos os valores apresentados - a menos de quando expressamente especificado - são nominais e acumulados até o período em questão.**
- **Todas as comparações de valores se referem ao mesmo período do ano anterior - a menos que expressamente especificado.**

Esta iniciativa da Prefeitura do Rio, por meio da SMF, tem por objetivo garantir transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro Municipal até a sua aplicação, com base no planejamento orçamentário, e considerando a legislação vigente e os limites definidos pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal - LRF (Lei Complementar N° 101/2000).

Os dados utilizados foram extraídos majoritariamente do Sistema Fincon da Controladoria Geral do Município -CGM. Foram consideradas as receitas e despesas intraorçamentárias e todas as entidades da administração indireta (exceto a CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro), inclusive o fundo de previdência dos servidores públicos, o FUNPREVI, de forma que os dados aqui apresentados estejam de acordo com os demonstrativos da LRF publicados pela CGM. Neste sentido, não são consolidados os números da CDURP uma vez que, embora seja controlada integralmente pelo Município, possui independência orçamentária dada sua natureza de empresa estatal não dependente, de acordo com a legislação vigente.

O relatório está dividido nas seguintes seções:

- i. Na primeira, é apresentado um balanço geral das contas públicas;
- ii. Na segunda, são apresentados os resultados orçamentário, primário e nominal;
- iii. Na terceira seção, são analisadas as receitas municipais por categorias econômicas;
- iv. Na quarta, são apresentados os números das despesas por categoria econômica, por função de governo e por área de resultado;
- v. Na quinta, é feita uma apresentação das fontes de financiamento e dos contratos de repasse;
- vi. As três últimas trazem considerações sobre as aplicações dos saldos de caixa do Município, a gestão da dívida pública e a gestão do patrimônio imobiliário da administração direta.

## I) INTRODUÇÃO

O ano de 2015 encerrou com a Receita Total do Município crescendo 10,1%, resultado fortemente influenciado pelas Receitas de Capital, destinadas a financiar as obras de infraestrutura em curso na Cidade e que compõem o legado dos Jogos Olímpicos. Importa mencionar que o crescimento da arrecadação do município já sente os efeitos do agravamento da situação econômica do país. Porém, a administração criteriosa das despesas mantém o saudável equilíbrio fiscal que permite à atual administração continuar a expandir seus investimentos e os serviços à população.

Neste mesmo período, a Despesa Total elevou-se em 12,4%, valendo frisar o crescimento de 43% nos investimentos, que passaram do nível já elevado de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 5,2 bilhões - o que representa consideráveis 19% do total das despesas e coloca a Cidade do Rio como o ente subnacional que mais alocou recursos para investimentos em 2015, seguido pelo estado do Ceará com 11%. Vale recordar que a Cidade ocupa a primeira posição no ranking de investimentos desde o ano de 2011.

Reforçando as características positivas da estrutura do gasto público municipal, as Outras Despesas Correntes (30% do gasto total) cresceram apenas 3,7% e serviram como forte âncora da preocupação do executivo municipal com a sustentabilidade de suas finanças.

TABELA I - PERFIL DE DESPESAS - 3º quadrimestre de 2015

		Em R\$ Milhões					
Categoria Econômica	Grupos de Despesa	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2015					
		LOA 2015	Dotação Final	% da Dotação Final	Despesa Empenhada	% da Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
<b>Despesas Correntes</b>	Pessoal e Encargos Sociais	13.773,8	13.496,1	42,3%	12.977,5	47,5%	12.959,1
	Juros e Encargos da Dívida	837,8	492,6	1,5%	490,9	1,8%	490,9
	Outras Despesas Correntes	8.506,2	9.203,2	28,9%	8.085,7	29,6%	7.867,2
<b>Total Despesas Correntes</b>		<b>23.117,8</b>	<b>23.191,9</b>	<b>72,7%</b>	<b>21.554,1</b>	<b>79,0%</b>	<b>21.317,1</b>
<b>Despesas de Capital</b>	Investimentos	6.327,8	8.021,6	25,2%	5.180,9	19,0%	4.928,2
	Inversões Financeiras	203,6	305,7	1,0%	260,9	1,0%	260,4
	Amortização da Dívida	495,2	299,5	0,9%	296,7	1,1%	296,7
<b>Total Despesas de Capital</b>		<b>7.026,7</b>	<b>8.626,9</b>	<b>27,1%</b>	<b>5.738,5</b>	<b>21,0%</b>	<b>5.485,3</b>
Reserva de Contingência		45,0	64,4	0,2%	0,0	0,0%	0,0
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>30.189,4</b>	<b>31.883,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>27.292,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>26.802,4</b>

Fonte: Balanço Orçamentário (RREO - Anexo I)

## II) RESULTADO FISCAL

Esta seção apresenta o resultado fiscal de 2015, detalhando os resultados orçamentário, primário e nominal.

### II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário é apurado pela diferença entre a Receita Orçamentária Total arrecadada e a Despesa Orçamentária Total empenhada. Um Resultado Orçamentário Superavitário reflete uma Receita superior à Despesa (gerando, assim, acúmulo de caixa), ao passo que um

Resultado Orçamentário Deficitário compreende a situação inversa, em que há o consumo do superávit de caixa acumulado em períodos anteriores.

Em 2015, o Resultado Orçamentário foi deficitário em R\$ 904,1 milhões, considerando os R\$ 26,4 bilhões de Receita Total arrecadada e os R\$ 27,3 bilhões de Despesa Total Empenhada, conforme pode ser observado na Tabela II a seguir.

TABELA II - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Em R\$ Milhões

DESCRIÇÃO	ANO		DESCRIÇÃO	ANO	
	2014	2015		2014	2015
<b>RECEITAS CORRENTES [I]</b>	<b>21.696,8</b>	<b>23.535,0</b>	<b>DESPESAS CORRENTES [IV]</b>	<b>20.265,1</b>	<b>21.554,1</b>
Receita Tributária	9.148,0	9.598,8	Pessoal e Encargos Sociais	11.823,9	12.977,5
Receita de Contribuições	2.978,5	3.256,8	Juros e Serviço da Dívida	641,6	490,9
Receita Patrimonial	876,6	1.365,4	Outras Despesas Correntes	7.799,7	8.085,7
Receita Industrial	7,0	7,8			
Receita de Serviços	400,8	315,2			
Transferências Correntes	6.877,6	7.077,5			
Outras Receitas Correntes	1.408,4	1.913,5			
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CORRENTE [I]-[IV]</b>				<b>1.431,7</b>	<b>1.980,9</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL [II]</b>	<b>2.275,7</b>	<b>2.853,5</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL [V]</b>	<b>4.266,6</b>	<b>5.738,5</b>
Operações de Crédito	1.635,8	1.872,1	Investimentos	3.616,0	5.180,9
Alienação de Bens	224,7	52,2	Inversões Financeiras	272,1	260,9
Amortização de Empréstimos	80,4	86,5	Amortização da Dívida	378,6	296,7
Transferências de Capital	334,8	842,7			
Outras Receitas de Capital	-	0,1			
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DE CAPITAL [II]-[V]</b>				<b>-1.991,0</b>	<b>-2.885,0</b>
<b>RECEITA TOTAL [III]=[I]+[II]</b>	<b>23.972,5</b>	<b>26.388,5</b>	<b>DESPESA TOTAL [VI]=[IV]+[V]</b>	<b>24.531,7</b>	<b>27.292,6</b>
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO [III]-[VI]</b>				<b>-559,3</b>	<b>-904,1</b>

Fonte : 2014 (RREO - 6º Bimestre 2014) e 2015 (Receita - RREO - 6º Bimestre 2015; Despesa : Dados Preliminares)

Embora as receitas e despesas sejam analisadas com maior detalhe nas respectivas seções deste relatório, cabe mencionar os principais fatores que compõem a variação do resultado orçamentário.

Pelo lado da Receita Total, o crescimento de 10,1% decorreu basicamente da forte elevação das Receitas de Capital (25,4%) - cujo destaque foram as Transferências de Capital -, no contexto do atual ciclo de investimentos em curso na cidade. Vale mencionar que as Receitas Correntes foram impactadas negativamente pelo desempenho do ITBI (cuja arrecadação foi R\$ 70,1 milhões menor do que a verificada no ano anterior) - sendo resultado do ajuste pelo qual passa a economia brasileira.



financeira. O déficit primário apresentado nos últimos exercícios deve-se à estratégia de, aproveitando o baixo endividamento e as excelentes condições do crédito municipal, utilizar recursos de financiamentos públicos (BNDES e CEF) para melhorar a infra-estrutura urbana e as condições de vida na Cidade, através de obras de legado olímpico.

## II.3) RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal foi deficitário em R\$ 4,6 bilhões, que representa um acréscimo de 43,8% no saldo da Dívida Fiscal Líquida em relação ao saldo apurado em 31 de dezembro de 2014. As alterações relevantes ocorreram em decorrência da variação dos valores previstos de liberações das operações de crédito e de variação cambial.

TABELA IV - RESULTADO NOMINAL  
31 DE DEZEMBRO DE 2014 X 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	Em R\$ Milhões			
	EM 31/12/2014	EM 31/12/2015	Var. Absol.	Var. %
	[A]	[B]	[B]-[A]	[B]/[A]
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>13.687,1</b>	<b>17.657,6</b>	<b>3.970,5</b>	<b>29,0%</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3008,8</b>	<b>2388,3</b>	<b>-620,5</b>	<b>-0,2</b>
ATIVO DISPONÍVEL	4443,0	4039,4	-403,6	-0,1
HAVERES FINANCEIROS	359,2	261,7	-97,5	-0,3
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (Exceto Precatórios)	-1793,5	-1912,8	-119,3	-0,1
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b>	<b>10678,4</b>	<b>15269,3</b>	<b>4591,0</b>	<b>0,4</b>
PASSIVOS RECONHECIDOS	145,6	124,6	-21,0	-0,1
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	<b>10.532,7</b>	<b>15.144,7</b>	<b>4.611,9</b>	<b>43,8%</b>
<b>RESULTADO NOMINAL EM 31/12/2014</b>			<b>4.611,9</b>	
<b>META DE RESULTADO NOMINAL P/ O EXERCÍCIO 2015 (LOA 2015)</b>			<b>2.333,7</b>	

Fonte : RREO - 6º BIMESTRE DE 2015.

Vale recordar que um resultado nominal positivo é considerado um déficit, isto é, um aumento do endividamento líquido do caixa e de haveres financeiros; enquanto que um resultado nominal negativo é considerado um superávit, ou seja, uma diminuição do endividamento líquido.

## III) RECEITA MUNICIPAL

Esta seção apresenta os valores efetivamente arrecadados (Tabela V), utilizando como fonte de dados o Balanço Orçamentário publicado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

TABELA V - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ milhões

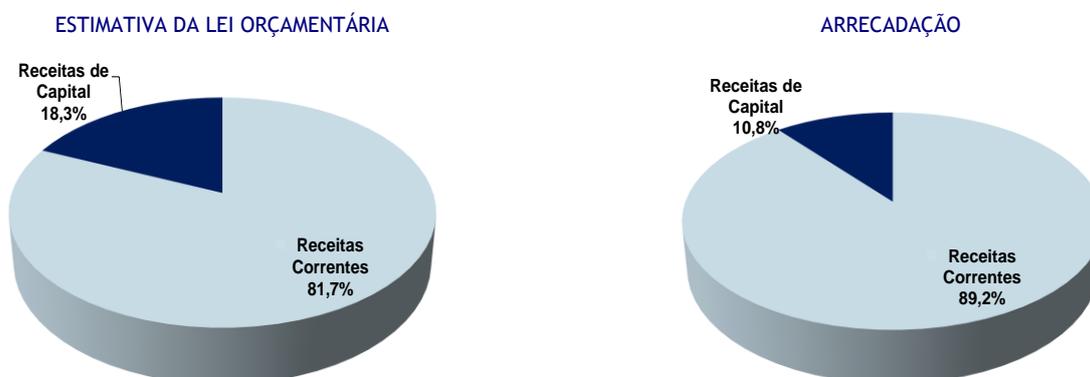
DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A DEZEMBRO			
	2014	2015	Var. Nominal	% Var. Nom.
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>21.696,8</b>	<b>23.535,0</b>	<b>1.838,2</b>	<b>8,5</b>
Receita Tributária	9.148,0	9.598,8	450,8	4,9
Receita de Contribuições	2.978,5	3.256,8	278,3	9,3
Receita Patrimonial	876,6	1.365,4	488,8	55,8
Receita Industrial	7,0	7,8	0,8	11,5
Receita de Serviços	400,8	315,2	-85,6	-21,4
Transferências Correntes	6.877,6	7.077,5	200,0	2,9
Outras Receitas Correntes	1.408,4	1.913,5	505,1	35,9
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.275,7</b>	<b>2.853,5</b>	<b>577,8</b>	<b>25,4</b>
Operações de Crédito	1.635,8	1.872,1	236,3	14,4
Alienação de Bens	224,7	52,2	-172,6	-76,8
Amortização de Empréstimos	80,4	86,5	6,1	7,6
Transferências de Capital	334,8	842,7	507,9	151,7
Outras Receitas de Capital	0,0	0,1	0,1	-
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>23.972,5</b>	<b>26.388,5</b>	<b>2.416,0</b>	<b>10,1</b>

Fonte : RREO - 6º Bimestre 2015

### Composição da Receita Total

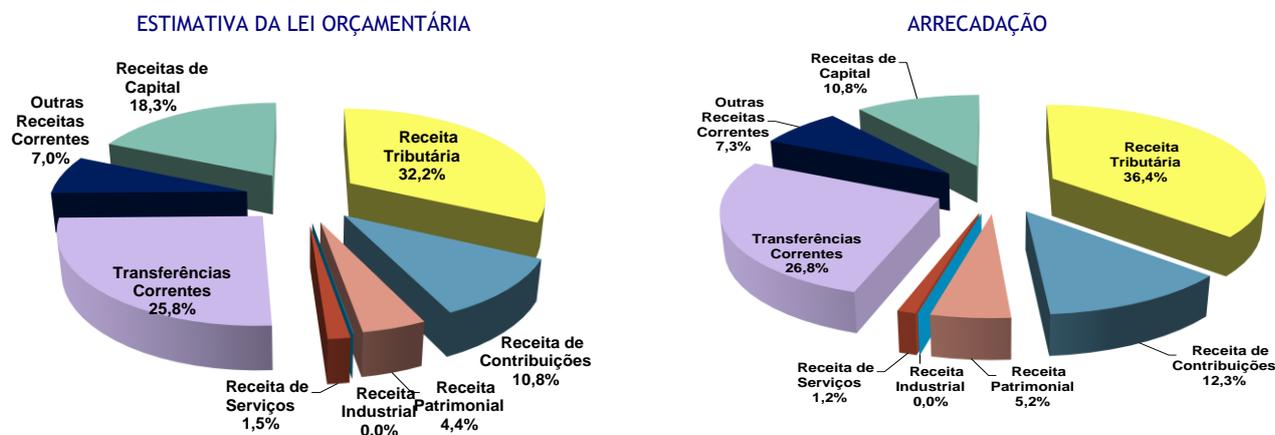
A Receita Total é composta por Receitas Correntes e Receitas de Capital. No Gráfico I, pode-se verificar a composição da Receita Total, considerando a arrecadação efetiva e comparando com a estimativa de receitas da Lei Orçamentária 2015.

GRÁFICO I - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIAS ECONÔMICAS NO EXERCÍCIO 2015  
ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



O Gráfico I apresenta a Receita Total, onde se destacam os grandes grupos de receitas tanto sob a ótica da estimativa (LOA 2015), quanto sob a ótica da arrecadação. As maiores participações cabem às Receitas Tributárias e às Transferências Correntes, que juntas representam 63,2% da Receita Total realizada em 2015.

GRÁFICO II - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM NO EXERCÍCIO 2015  
(TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



### III.1) RECEITAS CORRENTES

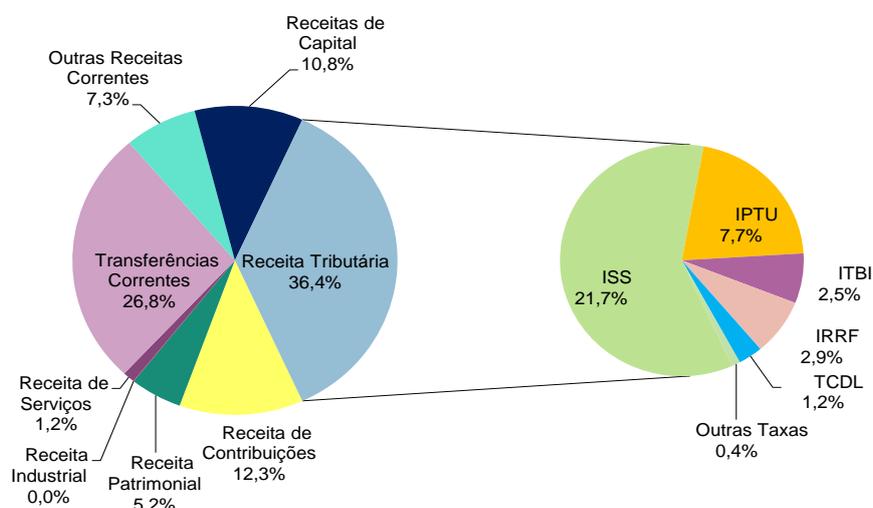
As Receitas Correntes compreendem a Receita Tributária, de Contribuições, Patrimonial, Industrial, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes cuja arrecadação atingiu 89,2% da Receita Total em 2015.

As Receitas Correntes totalizaram R\$ 23,5 bilhões no exercício de 2015 contra R\$ 21,7 bilhões em 2014 - crescimento de 8,3%.

#### III.1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA

O Gráfico III mostra a composição dos valores arrecadados da Receita Tributária em 2015.

GRÁFICO III - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA  
ARRECADAÇÃO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



A tabela a seguir mostra que a Receita Tributária atingiu R\$ 9,6 bilhões, representando crescimento de 4,9% em relação aos R\$ 9,1 bilhões realizados em 2014.

TABELA VI - RECEITA TRIBUTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ milhões

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A DEZEMBRO			
	2014	2015	Var. Nominal	% Var. Nom.
Receita Tributária	9.148,0	9.598,8	450,8	4,9
IPTU	2.000,5	2.031,7	31,1	1,6
IRRF	671,0	756,1	85,1	12,7
ITBI	737,2	667,1	-70,1	-9,5
ISS	5.352,4	5.728,8	376,5	7,0
TCDL	295,7	311,9	16,2	5,5
Outras Taxas	91,2	103,2	12,0	13,2

Fonte : RREO - 6º Bimestre 2015

### III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

A arrecadação de ISS atingiu o montante de R\$ 5,7 bilhões contra R\$ 5,4 bilhões em 2014, um crescimento de 7,0%, equivalente a R\$ 376,5 milhões. Caso sejam retirados os efeitos extraordinários da arrecadação do ISS por conta do PPI Carioca (débitos de ISS não inscritos em dívida ativa), o crescimento passa a ser de 9,6%. Ainda assim um resultado bastante robusto considerando o cenário nacional de reduzido crescimento econômico.

### III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

Em 2015 o IPTU arrecadou R\$ 2,0 bilhões, mantendo-se praticamente estável em relação ao ano passado. A variação do IPTU em 2015 em relação a 2014, caso sejam desconsiderados os ingressos relativos ao PPI Carioca em 2015, atingiu 2,6%.

### III.1.1.3) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI

A arrecadação do ITBI atingiu R\$ 667,1 milhões em 2015 frente aos R\$ 737,2 milhões arrecadados em 2014 (decréscimo de 9,5%). O ITBI é um imposto cujo comportamento espelha a dinâmica do mercado imobiliário e, como já vínhamos frisando, sua desaceleração reflete tanto o movimento de acomodação deste mercado após anos de forte valorização, quanto os efeitos do cenário macroeconômico adverso.

### III.1.1.4) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

O IRRF arrecadou R\$ 756,1 milhões em 2015 contra R\$ 671,0 milhões em 2014, com variação de 12,7%. Essa receita compreende, principalmente, o recolhimento de imposto de renda sobre a

folha de pagamento mensal do Poder Executivo e sobre os bônus provenientes do Acordo de Resultados (Meritocracia).

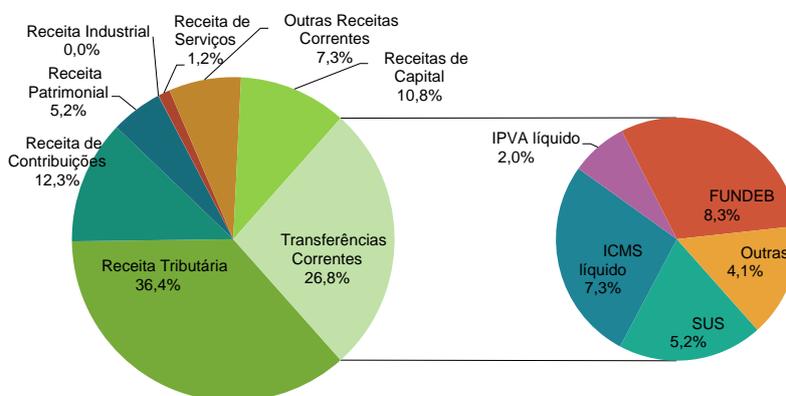
### III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Maior participação na Receita Total depois da Receita Tributária, as Transferências Correntes contemplam os recursos provenientes da União, do Estado e de convênios correntes, entre outros. A maior parte destas transferências é de natureza obrigatória (repartição constitucional de receitas tributárias entre os entes da federação), sendo as transferências de natureza voluntária (exemplo: convênios) menos expressivas em termos de montante arrecadado.

No caso dos repasses de tributos federais e estaduais, o comportamento das parcelas repassadas ao Município relaciona-se com o movimento da atividade econômica refletida na arrecadação de tais entes (Estado do Rio de Janeiro e União), além de critérios específicos de repasse.

Cabe ressaltar que o Município do Rio de Janeiro mantém sua independência em virtude do nível de sua arrecadação própria, como se pode observar no Gráfico IV a seguir.

GRÁFICO IV - COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES  
ARRECAÇÃO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



As Transferências Correntes totalizaram o montante de R\$ 7.077,5 milhões em 2015 - um crescimento de 2,9% em relação ao exercício anterior.

TABELA VII - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ milhões

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A DEZEMBRO			
	2014	2015	Var. Nominal	Var. %
<b>Transf. Correntes</b>	<b>6.877,6</b>	<b>7.077,5</b>	<b>200,0</b>	<b>2,9</b>
Intergovernamentais	6.843,5	6.996,9	153,4	2,2
FPM líquido	218,0	202,2	-15,8	-7,3
SUS	1.376,1	1.371,4	-4,6	-0,3
ICMS líquido	1.810,3	1.916,7	106,4	5,9
IPVA líquido	504,1	538,9	34,8	6,9
IPI-EXP líquido	49,0	41,4	-7,5	-15,4
Royalties	250,7	208,0	-42,7	-17,0
FUNDEB	2.119,4	2.178,9	59,5	2,8
Salário-Educação	353,1	404,1	51,1	14,5
Outras	162,8	135,2	-27,6	-17,0
Instituições Privadas	-	-	-	-
Exterior	0,0	-	0,0	-
Convênios	34,1	80,7	46,6	136,6

Fonte : RREO - 6º Bimestre 2015

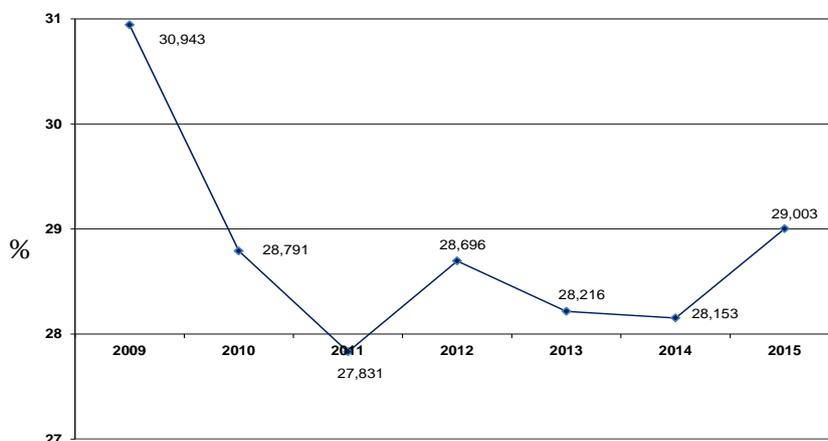
A seguir, alguns comentários.

- **FPM** – A arrecadação do FPM - transferência da União composta por recursos do IPI e do Imposto de Renda - líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB -, atingiu R\$ 202,2 milhões, contra R\$ 218,0 milhões arrecadados em 2014 (redução de 7,3%).
- **SUS** – A transferência de recursos do SUS está relacionada aos valores determinados pelo Ministério da Saúde para as diferentes especialidades, sendo ainda influenciada pelo número de leitos oferecidos pela rede municipal de hospitais, clínicas da família e UPAs. A transferência do SUS foi de R\$ 1,4 bilhão, virtual estabilidade em relação à arrecadação de 2014.
- **ICMS** – A transferência estadual do ICMS, líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB, alcançou R\$ 1,9 bilhão, crescimento de R\$ 106,4 milhões, equivalente a 5,9%.

Vale a pena recordar que o Governo do Estado do Rio de Janeiro calcula, anualmente, o IPM (Índice de Participação do Município) para apurar o valor de repasse dos 25% da arrecadação do ICMS que caberão aos municípios fluminenses<sup>1</sup>, e cujo comportamento pode ser observado no Gráfico V.

<sup>1</sup> Decreto Nº 44.541 de 27/12/2013.

GRÁFICO V - EVOLUÇÃO DO IPM DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
2009 A 2015



- **ROYALTIES DO PETRÓLEO** – A transferência de Royalties do Petróleo atingiu R\$ 208,0 milhões, frente aos R\$ 250,7 milhões em 2014 (retração de 17,0%). Cabe mencionar que a transferência de royalties do petróleo ao Município é função de fatores externos como a trajetória de preços do barril de petróleo, a taxa de câmbio e a produção física nos campos de extração em que o Município recebe tal participação, entre outros.
- **FUNDEB** – A receita de transferência do FUNDEB atingiu R\$ 2,2 bilhões contra R\$ 2,1 bilhões em 2014 (crescimento de 2,8%). Compõem a base do Fundo as cotas-partes das transferências do FPM, ICMS, IPVA, IPI-Ex, Desoneração do ICMS nas Exportações – LC 87/96 (Lei Kandir), ITR, ITCM e FPE, sendo que, mais de 80% da composição do FUNDEB se deve à cota-parte do ICMS. O aumento nas receitas do FUNDEB está diretamente relacionado à trajetória de aumento da cobertura da rede municipal de educação, principalmente no que se refere aos Espaços de Desenvolvimento Infantil - EDI.
- **SALÁRIO EDUCAÇÃO** – A arrecadação da transferência do Salário Educação atingiu R\$ 404,1 milhões frente aos R\$ 353,1 milhões em 2014 (aumento de 14,5%).

### III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES

#### III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2015, a Receita de Contribuições atingiu R\$ 3,3 bilhões, 9,3% acima dos R\$ 3,0 bilhões arrecadados no exercício de 2014. Esta receita é composta por:

- **Contribuições Sociais** – Compreendem a Contribuição dos Servidores (alíquota de 11%) para o custeio do seu sistema próprio de previdência, a Contribuição Patronal (alíquota de 22%), a Contribuição Patronal Suplementar (lei 5.300/2011) e os recursos aportados pelo Tesouro Municipal e pelos servidores para a formação do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor -

FASS. Esta receita atingiu R\$ 205,9 milhões, superior em 23,3% aos R\$ 167,00 milhões do exercício de 2014.

- **Contribuições Econômicas** – Compreendem a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), instituída pela Lei Nº 5.132 de 21 de dezembro de 2009, cobrada pela concessionária de distribuição de energia elétrica com base no consumo e repassada mensalmente ao Município. Foram arrecadados R\$ 243,7 milhões, um crescimento de 5,5% sobre os R\$ 231,0 milhões de 2014.

### III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL

A Receita Patrimonial alcançou R\$ 1,4 bilhão em 2015, frente aos R\$ 876,6 milhões realizados no exercício anterior, um aumento de 55,8%. Esta receita é composta por:

- **Receitas de Valores Mobiliários** - Correspondem aos rendimentos de aplicações das disponibilidades. Houve ingresso de R\$ 622,0 milhões contra R\$ 636,6 milhões em 2014 (decréscimo de 2,3%).
- **Outras Receitas Patrimoniais** - Compostas por receitas provenientes de aluguéis, foros, laudêmios, concessões e permissões, etc., estas receitas aumentaram de R\$ 240,0 milhões em 2014 para R\$ 743,4 milhões em 2015 (209,7%). A principal razão para o crescimento foi o recebimento de recursos do Banco Santander por conta dos direitos de processamento da folha de pagamento, num total aproximado de R\$ 450 milhões no ano.

### III.1.3.3) RECEITA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS

As Receitas Industrial e de Serviços compreendem, majoritariamente, recursos diretamente arrecadados pela administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista). Juntas perfizeram R\$ 322,9 milhões em 2015, contra R\$ 407,8 milhões em 2014 (diminuição de 20,8%). A maior parte destas receitas é de natureza intra-orçamentária, ou seja, como valores pagos entre órgãos da Prefeitura pelo Tesouro Municipal pela prestação de serviços da administração indireta em unidades municipais (exemplo: limpeza feita em escolas e unidades de saúde; serviços realizados pela imprensa oficial, entre outros).

### III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Em 2015, foi arrecadado R\$ 1,9 bilhão. Esse valor foi 35,9% maior que os R\$ 1,4 bilhão arrecadado em 2014.

Na Tabela VIII, pode-se observar um avanço nos ingressos nas rubricas que compõem este item.

TABELA VIII - OUTRAS RECEITAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ milhões

Discriminação	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A DEZEMBRO			
	2014	2015	Var. Nominal	Var. %
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>1.408,4</b>	<b>1.913,5</b>	<b>505,1</b>	<b>35,9</b>
Multas e Juros de Mora	621,6	673,4	51,8	8,3
Indenizações e Restituições	149,6	175,6	26,0	17,4
Dívida Ativa	352,1	493,6	141,6	40,2
Receitas Diversas	285,1	570,9	285,8	100,2

Fonte : RREO - 6º Bimestre 2015

- **Multas e Juros de Mora** - Este grupo inclui multas e moras sobre débitos em fase administrativa (SMF) e também em fase de cobrança de dívida ativa pela Procuradoria Geral do Município. Importa destacar o aumento da arrecadação de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPTU que aumentou de R\$ 621,6 milhões em 2014 para R\$ 673,4 milhões em 2015 (8,3%);
- **Dívida Ativa** - Foram arrecadados R\$ 493,6 milhões frente a R\$ 352,1 milhões no ano anterior, aumento de 40,2%. Destaque-se que esta rubrica não inclui as multas e juros de mora cobrados juntamente com o principal de débitos já inscritos em dívida ativa.
- **Receitas Diversas** - Foram arrecadados R\$ 570,9 milhões contra R\$ 285,1 milhões no exercício de 2014 (aumento de 100,2%). Nas receitas correntes, o principal destaque ficou por conta da liberação de depósitos judiciais tributários e não tributários pela adesão ao previsto na Lei Complementar 151/2015, acarretando uma receita adicional superior a R\$ 400 milhões.

### III.2) RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital (vide Tabela V) realizadas ao fim de 2015 atingiram R\$ 2,9 bilhões contra R\$ 2,3 bilhões em 2014 (crescimento de 25,4%). Elas compreendem as receitas de Operações de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital.

#### III.2.1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As Operações de Crédito atingiram R\$ 1,9 bilhão, um crescimento de 14,4% em relação aos R\$ 1,6 milhão do exercício de 2014, com destaque para as liberações do BNDES e CEF para obras de legado na Cidade.

### III.2.2) ALIENAÇÃO DE BENS

A receita de Alienação de Bens foi de R\$ 52,2 milhões, 76,8% abaixo dos R\$ 224,7 milhões arrecadados em 2014, justificado pela redução nas vendas tendo em vista a situação econômica.

### III.2.3) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

A receita de Amortização de Empréstimos foi de R\$ 86,5 milhões, 7,6 % acima dos R\$ 80,4 milhões arrecadados em 2014. Essas receitas referem-se predominantemente a recursos do Previ-Rio provenientes do retorno de empréstimos de financiamentos imobiliários concedidos a servidores.

### III.2.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

O montante arrecadado foi de R\$ 842,7 milhões em 2015, 151,7 % acima dos R\$ 334,8 milhões arrecadados no ano anterior, crescimento esse fruto principalmente dos repasses a fundo perdido do Governo Federal para as obras dos Parques Olímpicos da Barra e Deodoro.

## IV) DESPESA MUNICIPAL

### IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

A Tabela abaixo apresenta a execução orçamentária de 2015, e o gráfico seguinte mostra a participação de cada grupo de despesa no total empenhado neste período.

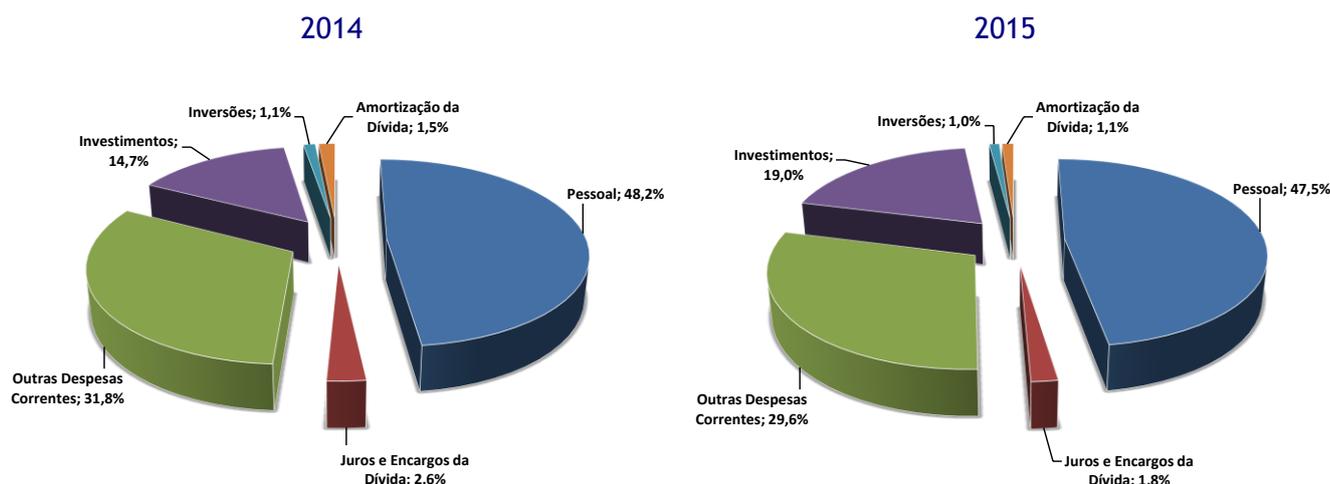
TABELA IX - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA  
EXERCÍCIOS DE 2014 E 2015 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

Categoria Econômica	Grupo de Despesas	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2015			
		2014	2015	Var. Nominal	Var. %
		(A)	(B)	B-A	(B)/(A)
<b>Despesas Correntes</b>	Pessoal e Encargos Sociais	11.823,9	12.977,5	1.153,7	9,8%
	Juros e Encargos da Dívida	641,6	490,9	(150,7)	-23,5%
	Outras Despesas Correntes	7.799,7	8.085,7	286,0	3,7%
<b>Despesas Correntes</b>		<b>20.265,1</b>	<b>21.554,1</b>	<b>1.289,0</b>	<b>6,4%</b>
<b>Despesas de Capital</b>	Investimentos	3.616,0	5.180,9	1.564,9	43,3%
	Inversões	272,1	260,9	(11,1)	-4,1%
	Amortização da Dívida	378,6	296,7	(81,9)	-21,6%
<b>Despesas de Capital</b>		<b>4.266,6</b>	<b>5.738,5</b>	<b>1.471,9</b>	<b>34,5%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>24.531,7</b>	<b>27.292,6</b>	<b>2.760,9</b>	<b>11,3%</b>

Fonte: Balanço Orçamentário (RREO - Anexo I)

GRÁFICO VI - PARTICIPAÇÃO DE CADA GRUPO DE DESPESA NO TOTAL EMPENHADO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



O total empenhado em 2015 foi de R\$ 27,3 bilhões, 11,3% acima do valor de 2014. Esta variação de R\$ 2,8 bilhões ocorreu, principalmente, em razão do aumento das despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Investimentos.

Na despesa de pessoal, observa-se aumento de R\$ 1,2 bilhão, correspondendo a 9,8%. Destaca-se, principalmente, a implantação inicial do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos funcionários da Secretaria Municipal de Educação e do Plano de Cargos da Comlurb, conforme mencionado anteriormente.

Em relação aos Juros e Encargos da Dívida observa-se um decréscimo de R\$ 150,7 milhões (23,5%) em relação a 2014. Essa redução decorre do acordo judicial firmado em 2015 com a União para a regulamentação da Lei Complementar 148/2014 - vide seção VI.2 Dívida Financeira.

Em relação aos demais custeios houve um acréscimo de 3,7% em 2015, o que equivale a um aumento de R\$ 286,0 milhões.

No tocante às Despesas de Investimentos, observamos um acréscimo de 43,3% quando comparado a 2014 - explicado pelo vigoroso ciclo de investimentos relacionados ao legado olímpico. Destaca-se, principalmente, o incremento no BRT Transbrasil, no BRT Transolímpica e Parque Olímpico, conforme mencionado anteriormente.

Quanto ao grupo Amortização da Dívida, observa-se uma redução de 21,6%, decréscimo de R\$ 378,6 milhões empenhados em 2014 para R\$ 296,7 milhões em 2015. - vide seção VI.2 Dívida Financeira.

## IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Pela tabela, verifica-se que as áreas de Educação, Saúde, Previdência e Urbanismo (que inclui os BRTs Transolímpica e Transbrasil) representaram, ao final do exercício de 2015, quase 70% das despesas orçamentárias. Outra participação expressiva foram os gastos com Administração, cujos valores se aproximaram dos 10%.

TABELA X - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO  
3º QUADRIMESTRE DE 2015 - (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões		
Função		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2015		
	Empenhado	Composição
ADMINISTRAÇÃO	2.486,1	9,1%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	835,4	3,1%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	23,1	0,1%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	145,9	0,5%
CULTURA	237,7	0,9%
DESPORTO E LAZER	761,8	2,8%
DIREITOS DA CIDADANIA	19,9	0,1%
EDUCAÇÃO	5.831,0	21,4%
ENCARGOS ESPECIAIS	1.059,5	3,9%
GESTÃO AMBIENTAL	123,4	0,5%
HABITAÇÃO	349,2	1,3%
INDÚSTRIA	9,5	0,0%
JUDICIÁRIA	117,2	0,4%
LEGISLATIVA	712,4	2,6%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.566,4	13,1%
SANEAMENTO	819,5	3,0%
SAÚDE	4.418,4	16,2%
SEGURANÇA PÚBLICA	469,1	1,7%
TRABALHO	9,1	0,0%
TRANSPORTE	276,8	1,0%
URBANISMO	5.021,1	18,4%
<b>Total geral</b>	<b>27.292,6</b>	<b>100,0%</b>

Ressaltamos que a abertura das despesas acima não guarda relação direta com a aplicação dos preceitos constitucionais de aplicação obrigatória de recursos em Educação (25%) e Saúde (15%), cujos cálculos baseiam-se na comparação de gastos nestas áreas com rubricas específicas de Receitas, não refletidos nesta Tabela.

## V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS

### V.1) RECURSOS EXTERNOS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSE

Dezembro é o mês em que usualmente são contratadas as operações de repasse que contam com recursos do OGU. No ano de 2015, foram firmados 8 contratos para reforma/construção de Centros de Referência de Assistência Social em Santa Cruz, Campo Grande, Paciência, Centro, Grajaú, Jacarepaguá e Ilha do Governador, totalizando R\$ 3,7 milhões,

Outra operação contratada, no valor de R\$ 3,9 milhões, refere-se à revitalização de 4 praças de destaque na cidade: Praça da República; Praça Sarah Kubitschek - Copacabana; Praça Senador Salgado Filho - Aeroporto Santos Dumont; Praça General Tibúrcio - Urca (Pão de Açúcar).

Todas as operações possuem contrapartida de 1% do valor e estão demonstradas no quadro, a seguir.

TABELA XI - TOTAL DAS CONTRATAÇÕES EFETIVADAS NO 3º QUADRIMESTRE

OGU	USOS E FONTES		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
Centro Referência Ass. Social - Reforma Centro	4	411	415
Centro Referência As.Social -Reforma Paciência	4	419	423
Centro Referência As.Social - Reforma C.Grande	4	391	395
Centro Referência As.Social - Reforma Grajaú	4	439	443
Centro Referência As.Social - Reforma I.Gov.	3	341	344
Centro Referência As.Social - Constr. Sta.Cruz	6	590	596
Centro Ref. Especializado- Construção Sta.Cruz	5	500	505
Centro Ref. Especializado- Construção Pça. Seca	6	600	606
Revitalização de 4 Praças de interesse turístico - Centro (2), Urca e Copacabana	40	3.881	3.920
<b>SUB-TOTAL OGU Urbanização de Áreas</b>	<b>77</b>	<b>7.571</b>	<b>7.647</b>

Fonte: F/SUBTM/ACR.

Com relação aos contratos em andamento, verifica-se que os gastos do último quadrimestre de 2015 continuam com tendência de elevação. Como já mencionado anteriormente, as despesas estão concentradas nas obras relacionadas aos Jogos Olímpicos de 2016 - sejam aquelas que contam com recursos de repasse para a implantação das arenas olímpicas, bem como as intervenções financiadas com vistas à melhoria da mobilidade urbana.

De modo geral, os contratos do PAC Olímpico foram objeto de ajustes financeiros pontuais, exemplificados pela inclusão das despesas com as instalações dos assentos das arenas ou a exclusão de serviços relacionados à desmontagem de algumas instalações. De todo modo, essas alterações não representaram variações expressivas na análise do valor global.

A tabela a seguir apresenta, resumidamente, a situação dos contratos de recursos de terceiros em andamento no Município do Rio de Janeiro.

TABELA XII - TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ANDAMENTO

Em R\$ mil

Modalidade	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2015			REALIZADO ACUMULADO			
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	
Repasse	PAC I - OGU 2007/08/09	88.523	484.524	573.047	5.199	11.441	16.639	85.937	466.178	552.115
	PAC II - OGU 2011/12/13/14	113.726	2.932.052	3.045.777	945	1.114.694	1.115.640	83.715	1.465.231	1.548.946
	CTs de Repasse	77	7.571	7.647	0	0	0	0	0	0
		202.326	3.424.146	3.626.472	6.144	1.126.135	1.132.279	169.652	1.931.409	2.101.061
Empréstimo	PAC FGTS - CEF	340.374	995.848	1.336.222	46.131	77.130	123.260	268.777	655.601	924.378
	PAC MOBILIDADE	1.697.145	5.491.389	7.188.534	521.241	1.490.947	2.012.188	1.126.736	3.584.044	4.710.780
	PROAP III - BID *	585.630	585.630	1.171.260	12.188	86.669	98.857	117.325	120.362	237.687
	RIO DE EXCELÊNCIA - BIRD *	63.248	63.248	126.496	0	200	200	0	200	200
		2.686.397	7.136.115	9.822.513	579.559	1.654.946	2.234.505	1.512.837	4.360.207	5.873.045
<b>TOTAL</b>	<b>2.888.723</b>	<b>10.560.262</b>	<b>13.448.985</b>	<b>585.703</b>	<b>2.781.081</b>	<b>3.366.784</b>	<b>1.682.490</b>	<b>6.291.617</b>	<b>7.974.106</b>	

\* PTAX 3,9042 (31/12/2015)

Fonte: F/SUBTM/ACR.

As tabelas com os detalhes da destinação dos recursos encontram-se em anexo ao final deste documento.

## VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA

### VI.1) APLICAÇÃO FINANCEIRA DO CAIXA

O Tesouro Municipal mantém aplicação financeira do caixa da Administração Direta em ativos de baixo risco de crédito, principalmente através de fundos de investimentos exclusivos e Certificados de Depósito Bancário (CDB) da Caixa Econômica Federal (CEF). Por fim, são mantidos, ainda, depósitos em poupança em bancos públicos federais para alguns casos de recursos transferidos de outros entes (Estado e União) em que há aplicação obrigatória nesta modalidade<sup>2</sup>.

Os recursos financeiros das empresas, autarquias e fundações com tesouraria própria são administrados pelas Diretorias Financeiras de cada entidade, sendo determinada a aplicação nos fundos de investimentos utilizados pelo Tesouro Municipal ou em produtos de mesmo risco de crédito. Por seu turno, as entidades administradas pelo Previ-Rio (incluindo Funprevi e FASS) possuem política de investimento própria, aprovada pelo seu Conselho de Administração, dada a

2 A política de investimentos do Município está normatizada por meio da Resolução SMF nº 2.672/2011.



especificidade do setor previdenciário, que possui regulamentação específica e previsão de independência da gestão em relação ao patrocinador.

O total de receita financeira apurada pelo Município ao longo do ano foi de R\$ 622, milhões, sendo R\$ 550,6 milhões apurados pela Administração Direta e R\$ 71,4 milhões pela Administração Indireta (incluindo R\$ 61,1 milhões das entidades previdenciárias).

A carteira total de ativos do Tesouro, excetuando as aplicações em poupança, que está concentrada em ativos de curto prazo, apresentou uma rentabilidade média ponderada pelos saldos diários de 99,92% da SELIC em 2015 e saldo médio aplicado de R\$ 3,7 bilhões, enquanto que no ano de 2014 o desempenho foi de 99,78% da SELIC com saldo médio de R\$ 4,2 bilhões.

Os fundos de investimentos exclusivos, administrados por instituições oficiais líderes no mercado de administração de recursos, tiveram uma rentabilidade média ponderada pelos saldos diários de 99,85% da SELIC, enquanto que no período anterior foi de 99,76% da SELIC. O saldo médio diário foi de R\$ 3,5 bilhões contra R\$ 3,9 bilhões, ou seja, uma redução em torno de 11,4%.

Ressalta-se ainda a gestão ativa na composição da carteira, aproveitando oportunidades eventuais e minimizando o impacto das condições adversas de mercado.

A partir de Maio/2014 o Tesouro Municipal realizou diretamente aplicações em CDB da Caixa Econômica Federal com rentabilidade variando, conforme prazo aplicado, de 100,90% a 102,50% do CDI, contribuindo para o aumento do desempenho da carteira total.

Outro fator que também vem contribuindo para a melhora no desempenho da carteira, em função da alocação oportuna de ativos indexados ao CDI (Letras Financeiras e CDB's da CEF), é a redução da diferença entre as taxas CDI e Selic, que ao longo deste ano apresentou uma proporção média na relação CDI/Selic de 99,77% enquanto que em 2014 foi de 99,17%.

## VI.2) DÍVIDA FINANCEIRA

A dívida bruta financeira atingiu R\$ 16,2 bilhões, distribuídos pelos credores abaixo. Note-se que ainda inclui o saldo de R\$ 6,5 bilhões junto ao Governo Federal que, por conta do desconto previsto na Lei Complementar 148, será reduzido em sua quase totalidade quando da formalização de termo aditivo em 2016. Desta forma, para efeitos práticos, o saldo em aberto dos financiamentos é próximo a R\$ 10 bilhões.

TABELA XIII - ESTOQUE DA DÍVIDA BRUTA FINANCEIRA

Credor	Saldo em R\$ Mil (31/12/2015)	Encargos Médios Anuais (1)	Último vencimento
União em R\$ (1 contrato)	6.529.959	IGP-DI + 6,01%	2029
Banco Mundial- DPL(1 contrato)	4.022.884	US\$ + 3,62%	2040
BNDES (3 contratos)	3.346.057	TJLP + 1,36%	2031
BNDES (1 contrato)	269.290	IPCA + 7,39%	2024
CEF (49 contratos)	1.059.908	UPR + 8,38%	2038
União em US\$ (2 contratos)	96.392	US\$ + 4,25%	2024
CEF/União em US\$ (1 contrato)	86.983	US\$ + 1,97%	2029
BID (4 contratos)	827.598	US\$ + 3,59%	2037
Banco Mundial (1 contrato)	561	US\$ + 0,87%	2033
Eletrobrás (1 contrato-Reluz)	3.205	IPCA-E + 9,50%	2015
<b>Total (63 contratos)</b>	<b>16.242.839</b>	<b>Taxa de Juros Média = 4,48%</b>	<b>Duration Média = 7 anos</b>

(1) Os Encargos Médios incluem os indexadores nominais, taxa de juros, comissões e encargos de risco de crédito.

Foram recebidos no exercício de 2015 recursos de operações de crédito no montante de R\$ 1,8 bilhão, sendo aproximadamente R\$ 1,3 bilhão de operações internas contratadas junto ao BNDES (Transporte) e R\$ 428,9 milhões da CEF (Saneamento para Todos, Pró-Moradia, Transporte, TransBrasil, PNAFM), e aproximadamente R\$ 92,4 milhões de operações externas contratadas junto ao BID (Morar Carioca) e R\$ 500 mil do Banco Mundial (Projeto Rio de Excelência).

Ao longo dos próximos exercícios ocorrerão liberações complementares dos financiamentos já assinados na data deste relatório, num montante total aproximado de R\$ 3 bilhões - a serem agregados ao montante da dívida bruta financeira. Este montante inclui saldos a receber para as obras de urbanização popular, de macro-drenagem e saneamento de Jacarepaguá e Santa Cruz e dragagem de rios (Rio Joana) na região do Maracanã (CEF - total de R\$ 315,5 milhões); US\$ 95,0 milhões do Programa de Urbanização apoiado pelo contrato do BID; R\$ 849,0 milhões para o corredor de transportes TransBrasil do financiamento com a CEF; Programa Pró-Transporte (CEF - R\$ 410,7 milhões); US\$ 16,0 milhões do Projeto Rio de Excelência assinado com o BIRD, R\$ 233,9 milhões do Programa Estruturador de Transporte Urbano do contrato assinado com o BNDES em maio/2014 (já liberados até dez-2015 R\$ 2,5 bilhões) e R\$ 800 milhões da complementação do

Programa Estruturador de Transporte Urbano, assinado com o BNDES em janeiro/2016. O perfil financeiro de todas estas novas operações prevê vencimentos de longo prazo, com pagamentos periódicos e taxas de juros vantajosas em relação ao mercado nacional, evitando concentrações de dispêndios.

A economia de gastos com o empréstimo com o Banco Mundial, concluído em 2011 e que permitiu a redução nos juros pagos à União, já totaliza R\$ 1,5 bilhão desde o desembolso da primeira parcela pelo Banco, ocorrido em agosto de 2010.

Todos os indicadores de endividamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da MP 2185-35 (que rege as renegociações de dívidas dos municípios com a União) apresentaram expressiva melhora desde o início da atual Administração em 2009. Conforme demonstrado pela tabela abaixo, o Município cumpre com folga os limites de endividamento da LRF. No limite referente à MP 2185-35, cujos parâmetros são diferentes da LRF, após um longo período de folga o Município se encontra um pouco acima do limite, resultado, principalmente, do incremento de liberações no exercício em curso, conforme anteriormente mencionado. Cabe salientar que com os efeitos da LC 148/2014 o Município não ficará mais submetido a este limite (vide comentário abaixo).

TABELA XIV - INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Ato	Indicador	Limite	MRJ 2008	MRJ 2014	MRJ 2015
Resolução Senado 40/2001	Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (RCL) anual	120%	58% / 79% (*)	57,51%	75,86% / 43,4% (**)
Resolução Senado 43/2001	Média do serviço anual da dívida até 2027 / RCL anual	11,5%	10,49%	6,89%	8,55% / 5,4% (**)
MP 2185-35	Dívida Contratual Bruta total / Receita Líquida Real (RLR) anual	100%	118%	90%	104%

OBS: Os valores apresentados no contrato de dívida com a União consideravam juros anuais de 9,0% acima do IGP-DI até 2009, patamar efetivamente cobrado ao Município pelo Tesouro Nacional até 2010. A partir de agosto de 2010, tal taxa de juros foi reduzida para 7,5% em virtude do pré-pagamento parcial realizado pelo Município com recursos do Banco Mundial e as ações judiciais à época existentes (iniciadas em exercícios anteriores), com pleito de redução de tais juros para 6,0% ao ano, foram encerradas. Em novembro de 2011, o recebimento da segunda parcela do Banco Mundial acarretou nova amortização junto à União e a taxa de juros passou a ser, definitivamente, de 6,0%.

(\*) Em 2008, o limite foi computado como 58%, mas utilizando-se o total de Disponibilidades de Caixa e Haveres Financeiros do Regime Previdenciário como parte do Caixa Total da PCRJ que abate a Dívida. Essa prática não é mais realizada no MRJ. Assim, o número de dez/08 para fins de comparação com os períodos mais recentes deve ser interpretado como 79%.

(\*\*) Percentuais reduzidos considerando a Lei Complementar 148, regulamentada pelo Decreto Federal 8.616/2015, que implicará em redução no estoque da dívida com a União em aproximadamente R\$ 6,0 bilhões.

Em relação à dívida com a União, a Lei Complementar 148 de 25/11/2014 afeta diretamente a dívida do MRJ contraída ao amparo da MP 2185-35/2001, cujo saldo devedor sem os efeitos da citada Lei totalizaria R\$ 6,5 bilhões ao custo atual de IGP-DI + 6,0%. O Artigo 3º da citada Lei prevê desconto nessa dívida, correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente

em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa SELIC desde a assinatura dos respectivos contratos, observadas todas as ocorrências que impactaram o saldo devedor no período. Nesse caso, a dívida carioca seria recalculada para R\$ 1,2 bilhão em 1º de janeiro de 2013.

Adicionalmente, as novas condições financeiras previstas no Artigo 2º da referida Lei (IPCA + 4% ao ano) devem retroagir a 1º de janeiro de 2013 e serem aplicadas a esse saldo recalculado de R\$ 1,2 bilhão. Comparando as prestações efetivamente pagas de janeiro de 2013 a fevereiro de 2015 (entre R\$ 50 e R\$ 55 milhões por mês) com aquelas que seriam pagas nas condições desta nova Lei (cerca de R\$ 9 milhões por mês), acumulam-se 26 meses de pagamentos a maior, gerando um abatimento adicional da dívida do MRJ. Assim, o saldo devedor em março de 2015 passaria a ser de apenas R\$ 29 milhões. Esse saldo de R\$ 29 milhões foi quitado por meio de depósito judicial em 31 de março de 2015, seguido de acordo judicial assinado com a União, por meio do qual a Cidade depositou em juízo a parcela original da dívida sem os efeitos da LC 148/2014 (cerca de R\$ 55 milhões por mês) até janeiro de 2016. O saldo total da conta de depósito judicial, com as devidas atualizações, excluindo-se o valor do depósito inicial de R\$ 29 milhões, foi transferido para a conta movimento do Município em 03.02.2016, através de deferimento de ação judicial, no montante de R\$ 635,7 milhões.

Em 29 de dezembro de 2015 a União publicou o Decreto nº 8.616, que regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 148/2014. Visto que no Decreto foi incluída aplicação de juros moratórios no recálculo para apurar o saldo devedor em 1º de janeiro de 2013, data de corte definida no decreto da LC 148/2014, o Banco do Brasil, agente financeiro da União, informou primeiramente em 14.01.2016 saldo devedor de R\$ 69 milhões, base 01.11.2015, onde considerou no reprocessamento do contrato atualização pela Selic até 01.01.2013 dos juros moratórios derivados da discussão judicial entre a cobrança de juros de 9% a.a. pela União e o pagamento pelo Município do RJ de juros de 6% a.a., entre os exercícios de 2002 a 2010. Posteriormente, em 11.02.2016, encaminhou novo demonstrativo com saldo devedor de R\$ 717 milhões, base 01.01.2016, considerando também no reprocessamento juros moratórios derivados da pendência judicial referente classificação contábil da venda da folha de pagamento ao Banco Santander, entre 25.10.2006 a 01.01.2013. Na data de elaboração deste relatório, o Município aguardava manifestação da PGFN, visto discordar da atual inclusão destes juros moratórios para efeito de cálculo da LC 148/2014.

A tabela a seguir apresenta os ratings atualmente conferidos pelas três principais agências internacionais de classificação de risco para o governo federal e para os governos subnacionais do país. A folga nos limites legais de endividamento vista na tabela acima não foi suficiente para que o Município mantivesse o investment grade por todas as principais agências de rating, pois o agravamento das condições macroeconômicas do país e a consequente retirada do Grau de Investimento da União, pesaram negativamente.

No entanto, não podemos deixar de destacar uma informação importante que consta no relatório de avaliação da Standard & Poor's (S&P): *“O rating BB da Cidade do Rio é dois degraus abaixo de seu perfil de crédito individual (SACP, em inglês) avaliado em bbb-. O SACP não é um rating, mas um meio de avaliar a qualidade de crédito intrínseca baseando-se na premissa de que não há nenhum limite por parte do soberano. Consideramos que o perfil de crédito da Cidade do Rio é mais forte que o de seus pares nacionais.”* Assim, pela avaliação SACP, o Município do Rio ainda seria Investment Grade, uma vez que a classificação mínima para o investment grade pela S&P é bbb-.

TABELA XV - RATINGS DE GOVERNOS NO BRASIL (ESCALA INTERNACIONAL) - Fevereiro de 2016

FITCH	MOODY'S	STANDARD AND POOR'S
BB+: União, Município do Rio, Município SP, Est. SP, PR, SC	Ba1: -	BB+: -
BB: -	Ba2: União, Município do Rio e Estado SP	BB: União, Município do Rio e Estados SP, SC
BB-: Estado do Maranhão e Est. Rio	Ba3: BH, Estados do PR, Maranhão e MG	BB-: MG, RJ

Fonte: *Websites* das respectivas agências. Os níveis mínimos para classificação de Grau de Investimento são BBB- (Fitch e Standard and Poor's) e Baa3 (Moody's).

## VII) GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A Superintendência de Patrimônio Imobiliário, atualmente vinculada à Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público-Privadas (SECPAR), realiza a administração do patrimônio imobiliário da administração direta (não incluindo os imóveis do FUNPREVI e PREVIRIO)<sup>3</sup>, sendo responsável pela cobrança das receitas provenientes de sua utilização, bem como pela seleção e promoção das alienações autorizadas em leis específicas.

Importantes iniciativas de modernização desta gestão, financiadas com recursos do PMAT III (BNDES), foram concluídas, destacando-se um cadastramento completo dos imóveis municipais e um novo sistema de gestão patrimonial, que trarão benefícios relevantes para esta área.

Em termos da arrecadação, os principais destaques são:

**Alienações de Bens** – Receita obtida com a venda de imóveis e investidas. A arrecadação atingida foi de R\$ 50,1 milhões. A maior parte da arrecadação teve origem nas vendas autorizadas pela Lei Complementar nº 103/2009 e pelas Leis nº 5.771/2014 e 5.867/2015.

**Outras Receitas Patrimoniais** – Grupo composto por receitas provenientes de aluguéis, foros, laudêmios, concessões e permissões de uso, etc. A arrecadação atingiu o montante de R\$ 194,2 milhões, o que representa uma variação real positiva de 13,3% sobre o mesmo período de 2015.

<sup>3</sup> Os valores reportados nas tabelas deste relatório se referem ao total patrimônio imobiliário do Município.

## VIII) CONCLUSÃO

O fechamento do ano de 2015 continuou mostrando que o panorama fiscal da Prefeitura do Rio de Janeiro mantém o padrão virtuoso iniciado em 2009, com gastos em custeio e serviço da dívida em saudável trajetória, abrindo espaço para um vigoroso ciclo de investimentos públicos - que vem resgatando as lacunas existentes na cidade e, conseqüentemente, melhorando o bem-estar dos seus cidadãos e dos seus visitantes.

Do ponto de vista dos investimentos as despesas seguem concentradas nas obras relacionadas aos Jogos Olímpicos de 2016 - valendo recordar o caráter de legado à população que marca o conjunto das intervenções urbanas, notadamente aquelas ligadas a mobilidade.

Do ponto de vista do financiamento destas transformações urbanas deve-se registrar que o Município segue cumprindo, de forma rigorosa, todos os limites estabelecidos na LRF, o que ratifica o compromisso do executivo municipal com a sustentabilidade financeira de sua administração. Importa também destacar que a implementação da LC 148/2014 oferece um cenário ainda mais favorável, dada a redução da dívida atualmente existente no âmbito da MP 2185-35 em cerca de R\$ 6,0 bilhões, fazendo com que o endividamento do MRJ segundo a LRF corresponda a cerca de 45% da receita corrente líquida frente ao teto legal de 120%.

Finalmente, o perfil virtuoso do endividamento da Cidade não foi suficiente para que o Município mantivesse o *investment grade* por todas as principais agências de rating (Fitch, Moody's e Standard & Poor's), pois o agravamento das condições macroeconômicas do país e a conseqüente retirada do Grau de Investimento da União, pesaram decisivamente.

No entanto, não podemos deixar de destacar uma informação importante que consta no relatório de avaliação da Standard & Poor's (S&P): *“O rating BB da Cidade do Rio é dois degraus abaixo de seu perfil de crédito individual (SACP, em inglês) avaliado em bbb-. O SACP não é um rating, mas um meio de avaliar a qualidade de crédito intrínseca baseando-se na premissa de que não há nenhum limite por parte do soberano. Consideramos que o perfil de crédito da Cidade do Rio é mais forte que o de seus pares nacionais.”* Assim, pela avaliação SACP, o Município do Rio ainda seria *Investment Grade*, uma vez que a classificação mínima para tal é bbb-.

## ANEXO

Tabela I - PAC I e II

Em R\$ mil

PAC I - OGU CEF 2007/2008/2009	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2015			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
<i>Urbanização de Áreas</i>									
Complexo da Tijuca	12.891	54.499	67.391	0	0	0	12.891	54.499	67.391
Colônia Juliano Moreira	27.159	82.000	109.159	4.881	8.460	13.341	26.532	79.077	105.608
SOEICON/Centro I/II	3.133	9.533	12.665	0	0	0	3.133	9.533	12.665
Complexo de Manguinhos	15.125	83.120	98.245	0	58	58	15.110	80.977	96.086
Complexo do Alemão	18.186	93.297	111.484	295	2.649	2.944	18.150	90.868	109.018
Vila Catiri - FNHIS	627	2.921	3.548	0	23	23	627	2.921	3.548
Fazenda Coqueiros-FNHIS	300	3.452	3.752	23	202	225	201	2.243	2.443
Tijuca -FNHIS	3.908	25.868	29.776	0	48	48	2.099	16.228	18.327
<b>SUB-TOTAL Urbanização de Áreas</b>	<b>81.329</b>	<b>354.690</b>	<b>436.019</b>	<b>5.199</b>	<b>11.441</b>	<b>16.639</b>	<b>78.742</b>	<b>336.344</b>	<b>415.087</b>
<i>Saneamento</i>									
Sepetiba	2.508	13.992	16.500	0	0	0	2.508	13.992	16.500
Lote 1A Jacarepaguá	4.687	115.842	120.528	0	0	0	4.687	115.842	120.528
<b>SUB-TOTAL Saneamento</b>	<b>7.194</b>	<b>129.834</b>	<b>137.028</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7.194</b>	<b>129.834</b>	<b>137.029</b>
<b>TOTAL PAC I - OGU</b>	<b>88.523</b>	<b>484.524</b>	<b>573.047</b>	<b>5.199</b>	<b>11.441</b>	<b>16.639</b>	<b>85.937</b>	<b>466.178</b>	<b>552.115</b>

Em R\$ mil

PAC II - OGU CEF 2011/2012/2013/2014	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2015			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
Canal Mangue/Trapicheiro	22.675	141.720	164.395	0	0	0	11.106	15.826	26.932
Contenção Encostas 2011	1.870	71.541	73.411	0	5.031	5.031	0	58.804	58.804
Morro da Providência	34.919	48.256	83.175	0	0	0	34.919	48.256	83.175
Chapadão/Chico Mendes	54.262	43.671	97.933	945	1.075	2.021	37.690	23.259	60.949
Cont. Encostas Centro/Tijuca 2012	0	96.474	96.474	0	2.161	2.161	0	2.161	2.161
Cont. Encostas Zona Norte 2012	0	123.756	123.756	0	241	241	0	241	241
Cont. Encostas Alemão/Penha 2012	0	83.490	83.490	0	8.526	8.526	0	9.919	9.919
Cont. Encostas Zona Oeste 2012	0	45.432	45.432	0	141	141	0	141	141
Obras Implantação do VLT Centro *	0	532.000	532.000	0	191.669	191.669	0	234.720	234.720
PAC Olímpico - Ginásio Handebol	0	148.540	148.540	0	84.955	84.955	0	120.458	120.458
PAC Olímpico - Centro de Tênis	0	209.719	209.719	0	113.746	113.746	0	152.448	152.448
PAC Olímpico - Velódromo	0	142.755	142.755	0	67.000	67.000	0	92.034	92.034
PAC Olímpico - Estádio Aquático	0	206.992	206.992	0	96.010	96.010	0	157.374	157.374
PAC Olímpico - Deodoro (Área Norte)	0	738.041	738.041	0	451.947	451.947	0	451.947	451.947
PAC Olímpico - Deodoro (Área Sul)	0	184.034	184.034	0	52.070	52.070	0	54.070	54.070
PAC Olímpico - Deodoro (Domínio Urbano)	0	54.597	54.597	0	40.122	40.122	0	43.573	43.573
PAC/Mcidades - Proj Transbrasil Fase 2	0	30.660	30.660	0	0	0	0	0	0
PAC/Mcidades - Projeto BRT Ligação B	0	19.173	19.173	0	0	0	0	0	0
PAC IPHAN-Cidades Históricas-Bairro Serrad	0	7.207	7.207	0	0	0	0	0	0
PAC IPHAN-Cidades Históricas-Lapa Legal	0	3.993	3.993	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL PAC II - OGU</b>	<b>113.726</b>	<b>2.932.052</b>	<b>3.045.777</b>	<b>945</b>	<b>1.114.694</b>	<b>1.115.640</b>	<b>83.715</b>	<b>1.465.231</b>	<b>1.548.946</b>

\* O valor refere-se apenas à parcela da União. A parcela correspondente à iniciativa privada na PPP do VLT foi excluída da totalização.

Fonte: F/SUBTM/ACR.

Tabela II - CONNTRATOS DE REPASSE

Em R\$ mil

OGU	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2015			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
Centro Referência Ass. Social - Reforma Centro	4	411	415	0	0	0	0	0	0
Centro Referência As.Social - Reforma Paciência	4	419	423	0	0	0	0	0	0
Centro Referência As.Social - Reforma C.Grande	4	391	395	0	0	0	0	0	0
Centro Referência As.Social - Reforma Grajaú	4	439	443	0	0	0	0	0	0
Centro Referência As.Social - Reforma I.Gov.	3	341	344	0	0	0	0	0	0
Centro Referência As.Social - Constr. Sta.Cruz	6	590	596	0	0	0	0	0	0
Centro Ref. Especializado- Construção Sta.Cruz	5	500	505	0	0	0	0	0	0
Centro Ref. Especializado- Construção Pça. Seca	6	600	606	0	0	0	0	0	0
Revitalização de 4 Praças de interesse turístico- Centro, Urca e Copacabana	40	3.881	3.920	0	0	0	0	0	0
<b>SUB-TOTAL OGUUrbanização de Áreas</b>	<b>77</b>	<b>7.571</b>	<b>7.647</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: F/SUBTM/ACR.

Tabela III - CONNTRATOS DE EMPRÉSTIMO

PAC - FGTS CEF	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2015			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
<i>Urbanização de Áreas 2007/2008</i>									
Reg. Fundiária Fernão Cardim	23	445	468	0	0	0	23	445	468
A. Lima / S.Rodrigues	2.691	21.635	24.326	0	16	16	2.641	19.723	22.364
São Carlos	2.001	21.145	23.146	0	2	2	1.951	18.685	20.636
Nova Divineia e outros	1.583	16.678	18.262	0	5	5	1.409	12.539	13.948
	4.688	27.885	32.573	256	2.572	2.828	4.527	26.596	31.123
Areal	1.306	5.464	6.770	16	0	16	1.212	5.308	6.520
Vila Esperança	1.447	15.083	16.530	0	144	144	970	9.524	10.494
Vila Rica de Irajá	2.275	22.292	24.567	16	95	111	2.048	18.297	20.345
João Lopes	933	5.325	6.258	0	0	0	878	4.966	5.844
Parque Alegria	410	7.796	8.206	0	27	27	391	5.136	5.526
Vila Catiri	1.102	8.639	9.741	0	170	170	1.091	7.866	8.957
<i>Urbanização de Áreas 2010/2011</i>									
Colônia Juliano Moreira	22.561	39.968	62.529	1.105	1.958	3.062	11.767	19.458	31.225
Babilônia e C Mangueira	30.171	39.824	69.995	350	258	608	30.171	19.713	49.884
Jardim do Amanhã - C Deus	7.813	35.872	43.685	357	1.638	1.995	1.951	8.703	10.654
Complexo do Alemão	17.408	59.989	77.396	2.480	8.545	11.024	10.405	34.512	44.917
Complexo de Manguinhos	8.473	29.862	38.336	172	626	798	1.747	4.347	6.095
Morro da Coroa	16.135	22.621	38.756	127	326	454	15.345	21.513	36.858
Comunidade Guarabu	8.068	19.439	27.507	0	0	0	6.209	14.332	20.541
<b>SUB-TOTAL Urbanização de Áre:</b>	<b>129.089</b>	<b>399.962</b>	<b>529.051</b>	<b>4.879</b>	<b>16.381</b>	<b>21.260</b>	<b>94.736</b>	<b>251.663</b>	<b>346.399</b>
<i>Saneamento 2007/2008</i>									
Parque Linear- Rio Acari	54.716	46.948	101.663	4.815	2.882	7.697	54.677	45.635	100.312
<i>Saneamento 2012/2011</i>									
Lotes 1B/ e 1C Jacarepaguá	40.388	198.493	238.881	1.488	7.352	8.840	28.781	140.937	169.717
Saneando Santa Cruz	73.456	207.246	280.701	8.423	24.977	33.399	40.042	111.805	151.847
Canal Mangue/Rio Joana	42.725	143.200	185.925	26.526	25.538	52.065	50.541	105.561	156.102
<b>SUBTOTAL Saneamento</b>	<b>211.285</b>	<b>595.886</b>	<b>807.171</b>	<b>41.252</b>	<b>60.749</b>	<b>102.001</b>	<b>174.041</b>	<b>403.938</b>	<b>577.979</b>
<b>TOTAL PAC - FGTS</b>	<b>340.374</b>	<b>995.848</b>	<b>1.336.222</b>	<b>46.131</b>	<b>77.130</b>	<b>123.260</b>	<b>268.777</b>	<b>655.601</b>	<b>924.378</b>

Fonte: F/SUBTM/ACR.

Tabela IV - PAC MOBILIDADE URBANA / OPERAÇÕES DE CRÉDITO BNDES e CEF

MOBILIDADE URBANA	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2015			REALIZADO ACUMULADO			Em R\$ mil
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	
<i>PAC - COPA / BNDES 2010</i>										
BRT Corredor Trancarioca - BNDES	524.606	1.179.000	1.703.606	0	0	0	513.761	1.190.184	1.703.945	
<i>P. ESTRUTURA</i>										
Melhoria da Infraestr. viária e urbana RJ	943.223	2.715.389	3.658.613	447.128	1.153.567	1.600.695	538.863	2.056.479	2.595.342	
<i>PRÓ-TRANSPORTE / CEF 2013</i>										
BRT Corredor Transbrasil	203.000	1.097.000	1.300.000	65.393	248.080	313.473	65.393	248.080	313.473	
<i>PRÓ-TRANSPORTE / 2 ETAPA</i>										
Pav. Vias Sta. Cruz/Vala do Sanguê	9.575	181.934	191.509	2.873	32.758	35.631	2.873	32.758	35.631	
Pav. Vias em Sepetiba	2.940	55.857	58.797	1.099	14.658	15.758	1.099	14.658	15.758	
Pav. Vias em Guaratiba	7.548	143.418	150.967	2.587	25.994	28.581	2.587	25.994	28.581	
Pav. Vias no Bairro Maravilha	6.252	118.791	125.043	2.160	15.889	18.050	2.160	15.889	18.050	
<b>TOTAL</b>	<b>1.697.145</b>	<b>5.491.389</b>	<b>7.188.534</b>	<b>521.241</b>	<b>1.490.947</b>	<b>2.012.188</b>	<b>1.126.736</b>	<b>3.584.044</b>	<b>4.710.780</b>	

Fonte: F/SUBTM/ACR.